



OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DE ESCOLAS MILITARIZADAS DE RORAIMA: DEPOIMENTOS DO COLÉGIO ESTADUAL MILITARIZADO MARIA DOS PRAZERES MOTA

Bruno Sobral Barrozo

eubarrozzo@gmail.com¹

Wagner da Silva Dias

wagnerdias@usp.br²

Resumo

Este artigo traz a fala de duas professoras de Geografia que atuam numa escola militarizada de Boa Vista – RR, o Colégio Estadual Militarizado Maria dos Prazeres Mota. A escola passou a adotar o ensino básico militarizado (EBM) em 2017 e desde então alimenta diversos debates sobre o exercício da docência, o cotidiano dos estudantes, entre outras questões. Tendo em vista nossa presença na escola através do PIBID-Geografia da UFRR, começamos a acompanhar a questão e decidimos investigar o que pensam os/as professores/as de Geografia que estão nestas escolas. Neste trabalho, buscamos conhecer como se posicionam sobre a militarização das escolas, sobre a questão da violência escolar, sobre o trabalho com os conteúdos da Geografia e outros aspectos que podem revelar alguma singularidade da escola. Obtivemos as respostas através de entrevista semi-estruturada, acompanhada de nossas reflexões sobre o advento da militarização das escolas em Roraima. Concluímos que a militarização não veio acompanhada de um debate com professores/as e gestores/as, e que a convivência deles com o EBM, apesar de controverso, se revelou recente e que as opiniões tendem a se agruparem em duas vertentes.

Palavras-chave: ensino de Geografia; Ensino Básico Militarizado; Roraima.

1 Aluno do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Este trabalho vincula-se ao Laboratório de Ensino de Geografia (LEGEO) da UFRR.

2 Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenador do subprojeto de Geografia do PIBID UFRR 2018-2020.



Introdução

Este artigo tem como objetivo revelar o que pensam as professoras de Geografia do Colégio Estadual Militarizado Maria dos Prazeres Mota, acerca de suas práticas de ensino e demais aspectos do cotidiano escolar após a militarização desta escola estadual em 2017. Este movimento de militarização de redes públicas de ensino vem ocorrendo no país em diferentes estados e, nesse processo de transformação, a sociedade acadêmica, professores e pesquisadores da educação tem mostrado um sinal de alerta, pois a visão geral é de que a militarização do cotidiano escolar não é uma solução para a construção de uma sociedade democrática.

Como percurso metodológico, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da militarização de escolas em Roraima e no restante do país. Descobrimos que nas unidades da federação em que escolas foram militarizadas, havia uma produção científica que se debruçava sobre esta problemática. Em Roraima, no entanto, não encontramos publicações que pudessem dialogar conosco neste trabalho.

Além disso, concentramos nossas reflexões a partir da fala das docentes da escola supracitada, tentando compreender como é ensinar Geografia numa escola militarizada, mas também conhecer como as professoras se posicionam sobre o tema. Sendo este trabalho nosso primeiro movimento para compreender o ensino de Geografia em escolas militarizadas (assim como o advento do ensino básico militar em Roraima), ressaltamos que nosso roteiro de entrevista possui caráter exploratório.

Do ponto de vista do papel da escola, há linhas de pensamento que acreditam que o estudante, que entra livre na escola, seja limitado em suas potencialidades e reduzidos em suas possibilidades de expressão, tornando-se uma “cabeça sem corpo”, em que se privilegia apenas os conteúdos conceituais. Ao contrário, acreditamos que a escola deve garantir tempo e espaço para todas as outras formas de expressão. O estudante, “esse ser humano que carrega a leveza da infância ou a inquietude da adolescência precisa vivenciar, sentir, perceber, a essência de cada uma das expressões que o tornam ainda mais humanos” (BEAUCHAMP, PAGEL, NASCIMENTO, 2007, p. 9).



Além disso, é necessário o convívio com o debate acerca das questões contemporâneas do Brasil e do mundo. O exercício da reflexão, argumentação e da pluralidade de ideias é fundamental para a formação de uma sociedade mais consciente e tolerante.

A escola, os professores e os alunos são integrantes das dinâmicas das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam sociedade de classes. Isto significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, métodos – estão recheados de implicações sociais, tem um significado genuinamente político (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

A princípio, as escolas militarizadas possuem um viés de valorização da ordem, da disciplina e da exaltação da pátria. E nesta linha é que se implanta a doutrina no ensino básico militarizado, que pode fazer recuar a espontaneidade do corpo discente e a liberdade de cátedra dos professores.

Esse novo modelo militarizado de gestão escolar no estado de Roraima vem sendo apresentado como uma solução para a problemática da violência escolar e na comunidade do entorno, e por conta disso vêm seduzindo parte da sociedade civil. As propostas oficiais de melhora do rendimento de seus alunos através da diminuição do número de reprovações e da introdução da disciplina militar, com princípios norteados pela hierarquia e disciplina chamam a atenção de uma parte da população, que anseia por uma educação de qualidade e que seus filhos estejam seguros na escola. É importante destacar também que as emergências dos novos modelos militarizados de gestão escolar não estão livres de resistências e críticas.

As famílias veem os Colégios Militares como locais em que seus filhos estarão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, e onde aprenderão não somente aquilo que é próprio das escolas ensinarem, mas também ou principalmente, a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia, valores que eles pais não estão conseguindo desenvolver nos filhos (MELO, 2015).



Para Melo (2015), as famílias visualizam nos colégios militares a segurança para seus filhos, por ser locais que distanciam da marginalidade, violência e das drogas. O que deslumbra os pais, principalmente, é a disciplina, a obediência, o respeito à hierarquia pelos militares, valores que eles, ao que parece, não têm conseguido desenvolver junto aos filhos em casa, a escola militar disponibiliza.

Já os professores se encantam com a tranquilidade no trabalho, pois na maioria muitos não detêm a sabedoria e o espírito que faz com que alunos possam cativar-se com o que lhes é ensinado, sem preocupações de cunho disciplinar e tendo todo o suporte de uma equipe para desempenhar sua atividade pedagógica.

Quando se pede para reduzir o nível de violência em uma escola pública, polo cidadão, espera-se que as medidas resolvam os problemas de toda a comunidade de alunos que estudam na escola. Porém, ao expulsar os alunos com histórico escolar considerado ruim e aceitar outros com bons antecedentes vai diminuir sim a violência, mas tendo em vista o aspecto social, não resolve o problema da comunidade que vive em torno da instituição. Se o corpo escolar não visualizar apenas essa desestruturação, nunca que poderá resolver problemas que de certa forma atinge milhares de adolescentes.

Dessa forma, deixamo-los ainda mais sem visibilidade no âmbito social, pois sempre terão o prejulgamento, o preconceito e serão estereotipados. Para (KRAMER, 2007) a criança tem o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm o direito a condições oferecidas pelo estado e pela sociedade que garantam atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna.

A comunidade e seus aspectos culturais



Os jovens, em sua maioria, e principalmente as crianças apresentam grande dificuldade para permanecerem nessas escolas, pois a doutrina militar impede que possam manifestar seus gostos, costumes, cultura e valores. Esse espaço militarizado é incompatível com a espontaneidade e expressões infanto-juvenis. Dos sapatos que devem estar sempre limpos, cabelo de coque para as meninas e bem curto para os meninos, nada de maquiagem ou esmaltes em tons escuros, barba sempre bem feita, continência aos superiores, cria-se uma atmosfera de quartel que nega a cultura juvenil.

Nesse espaço, o jovem é impedido de exercer sua juventude e de curtir momentos únicos com amigos da escola, que possibilitaria a construção de valores mais humanos. Com relação às proibições impostas aos próprios estudantes, é proibido o uso de palavreados e de um linguajar mais despojado. Sobre isso, (ABRAMOVAY, 2016, p. 3) diz que “falar palavrões, usar gírias é normal entre os jovens, faz parte da linguagem juvenil, em algum momento sai palavrão. Proibi-los disso é mais uma forma de repressão”.

Sendo assim, é preciso entender que diversos estudantes não se adaptam ao sistema do ensino básico militar, o que pode resultar em pedidos de transferências para outras escolas mais afastadas de sua residência. Da mesma forma, esta relação pode terminar com a expulsão do estudante, tendo em vista aquilo que pode ser considerado transgressão pela escola militarizada através do Manual do Aluno, seja pelo acúmulo, seja por uma transgressão entendida como muito grave. O custo do fardamento completo, que é diferenciado nas escolas militarizadas, também pode ser um impeditivo para o estudante permanecer nestas escolas, criando mais um fator de exclusão.

Sabemos que um dos principais argumentos utilizados na defesa das escolas militares envolve os números positivos em termos de notas da escola, em avaliações nacionais ou estaduais e do vestibular, além dos evidentes aspectos ligados à ordem e à disciplina do corpo discente. Mas é importante perceber o custo do ponto de vista pedagógico, social e dos valores democráticos que este modelo de educação impõe para a sociedade, assim como para a individualidade dos estudantes.



No caso de Roraima, a implantação do ensino básico militarizado se deu em 15 escolas através de um decreto que não especifica as questões pedagógicas e nem da gestão civil. O projeto político pedagógico da escola Maria dos Prazeres Mota ainda não contemplou a mudança, mas algumas diretrizes já foram implantadas, como as encontradas no Manual do Aluno. Assim, analisaremos as entrevistas adiante para compreender como pensam os docentes de Geografia acerca desta nova realidade.

Entrevistas com as professoras de Geografia da EE Maria dos Prazeres Mota em Boa Vista-RR

Nesta seção, apresentaremos a fala de duas professoras, que deram o consentimento para a produção deste texto. Optamos por incluir longos trechos das respostas, pois consideramos que serão importantes para embasar nossa análise.

Parte de nossas premissas são encontradas em Bevenides (1996), quando afirma que ao discutir os valores democráticos,

Não basta educar para a tolerância e para a liberdade, sem o forte vínculo estabelecido entre igualdade e solidariedade. Esta implicará o despertar dos sentimentos de indignação e revolta contra a injustiça e, como proposta pedagógica, deverá impulsionar a criatividade das iniciativas tendentes a suprimi-la, bem como levar ao aprendizado da tomada de decisões em função de prioridades sociais. (BEVENIDES, 1996, p. 234).

Quando perguntadas “como uma escola militarizada influenciaria a vida do discente do ponto de vista pessoal e acadêmico?”, as professoras se mostraram otimistas:

Bom, eu vejo hoje a escola militarizada como algo que veio somar tanto a vida acadêmica dos alunos, como pra vida profissional mesmo dos professores, né.



**14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias**
Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

Tendo em vista que a escola militarizada [...] é voltada especificamente para a questão disciplinar do aluno, não interferindo na metodologia do professor não. Ela vem pra somar né, e nos ajudar, já que escola está numa região que justamente a mercê da questão da violência, né. Então, esse perfil de escola militarizada a gente vê como uma ajuda pro professor, a questão disciplinar mesmo do aluno (P1).

Em termos pessoais, a própria questão da mudança deles foi a questão do comportamento, a postura, em termos de responsabilidades e eles ficaram mais responsáveis após essa militarização, o compromisso deles em termos de respeito [...] com a parte dos profissionais da escola. No contexto acadêmico é, influencia na parte comportamental deles mesmos [...], mas tem outras situações que a gente pode colocar dentro dessa questão acadêmica né, porque muitas das vezes atrapalham a rotina do andamento da disciplina no contexto dos horários. Na redução de horário para que eles estejam em forma nas instruções, na ordem unida de instruções militar em si (P2).

Apesar de destacar os aspectos positivos, é importante notar que P2 identifica uma questão contraditória na questão dos horários de aulas, sobretudo quando eles são destinados às instruções com os militares.

A questão seguinte foi um pouco mais controversa. Quando perguntadas “você entende que o ensino básico militarizado (EBM) é uma solução para a problemática da violência escolar?”, as professoras seguiram caminhos distintos nas respostas:

Pela experiência que a gente tá tendo, porque nós estamos no nosso segundo ano de escola militarizada então, se eu for comparar a escola anterior, a militarização, eu percebo que a gente já começou a colher frutos positivos. [...] aqui a gente tinha muitos casos de questão de violência mesmo, alunos indisciplinados, alunos rebeldes, que dava muito trabalho pra gente que dá aula, né. Então eu já vejo uma mudança desses dois anos, a gente já vai pro terceiro ano de militarização e eu já vejo assim, como resultado positivo. Eu percebo que a questão da violência aqui, da rebeldia que nós tínhamos nos nossos alunos, da indisciplinada, eu vejo hoje em dia como um ponto positivo. Então pra mim é muito válido essa questão da militarização na nossa escola (P1).

Eu acredito que não, acredito que a solução da problemática da violência escolar. A escola poderia, como instituição escolar, [...] adotar outras medidas



pra solucionar essa violência escolar e eu não vejo a necessidade do ensino básico ser militarizado, até porque a gente estaria mudando os conceitos dentro do sistema, do próprio sistema educacional, e o ensino militarizado ele não é garantido nas nossas diretrizes de base. Não está na nossa LDB. Não existe na LDB nenhum artigo que fala dessa questão da militarização. É um projeto, um sistema a parte, e dentro dessa questão da militarização nas escolas, a gente sabe que é só um decreto que rege as escolas, não é um projeto de lei que eu vejo que não seja tão eficaz, pois não está regido pelos parâmetros da nossa LDB. Portanto, eu vejo que a problemática da violência na escola poderia sanar de outras formas né, como chamar a própria comunidade escolar pra debater essas questões da violência, buscando apoio e parcerias com instituições que possam atender e ajudar essa problemática na escola (P2).

A P1 elogia a situação atual, tendo em vista as mudanças ocorridas a partir da militarização, e acredita que esta é uma situação adequada para o combate à violência escolar. P2, por outro lado, além de não entender que a militarização é adequada para o combate à violência escolar, levanta um aspecto da regulamentação do ensino básico militar.

A terceira questão é específica para o ensino de Geografia. Perguntamos se “a militarização da escola interfere ou interferiu nas suas escolhas metodológicas e conceituais como professora de Geografia?”.

De forma alguma, é, até porque a militarização como eu falei, ela é voltada pra questão aluno né, que é pra questão disciplinar dos nossos alunos. E a questão metodológica ela é, é uma escolha da gente junto a coordenação pedagógica né, então não vejo a militarização e nunca em nenhum momento interferiu na minha metodologia. É, eu me sinto livre pra trabalhar com meus alunos a forma como eu achar melhor, principalmente dentro da disciplina de geografia. Então nós temos livre arbítrio de cada um ter sua metodologia, e a militarização é voltada pra questão disciplinar do aluno, não voltada pra metodologia do professor (P1).

Dentro da minha parte de Geografia e dos conceitos, tem muitas das coisas que a gente, pelos menos eu fico me policiando em falar e questionar, porque tem o manual do aluno que eles seguem e que tem várias instruções nesse manual do aluno, [...] de como eles devem se comportar diante do ambiente escolar, dentro da sala de aula e fora da sala de aula, e essa interferência na



**14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias**
Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

minha metodologia em si, no trabalho né, por parte dos militares não há uma interferência direta, mas quando a gente fala da questão dos horários, acontecem muitas das vezes dos tempos de aula serem reduzidos. No caso das disciplinas em si para que eles tenham um horário de instrução com eles, os militares, no horário das 7h00 até muitas das vezes até 8h30 e é a partir desse horário que a gente pega esses alunos para a sala de aula. Teve momentos em que busquei eles quase na hora do intervalo, por conta desse processo de instrução. E eu, pelo menos, percebi que o tempo foi bastante corrido para aplicar os nossos conceitos metodológicos dentro da sala de aula prática da geografia. Mas a interferência nos meus conteúdos não houve de forma direta. Eu tenho essa liberdade de seguir a base curricular que é proposto pela secretaria de educação dentro dos nossos conteúdos de Geografia. A gente segue essa linha de conteúdo, a questão mesmo de atrapalha é o tempo que muitas das vezes ele é reduzido por contas dessas instruções por parte dos militares (P2).

É importante notar que P1 permanece sempre favorável à militarização e que considera que não há uma interferência no processo pedagógico, uma vez que entende que a militarização é voltada para a questão disciplinar dos estudantes. P2, por sua vez, revela uma certa desconfiança na abordagem de certo conteúdo ou discussões, apesar de afirmar que não há interferência “direta”, mas cita o manual do aluno como foco de sua preocupação. Como apareceu na primeira pergunta, a questão dos horários de instrução militar é o que incomoda P2, reduzindo o tempo de suas aulas.

A última questão toca num assunto que se tornou polêmico na escola, tendo em vista que foi proibido debater e se posicionar sobre ele. Perguntamos: “você considera importante debater questões sobre homofobia e sexualidade nas escolas? Por quê?”

Inclusive essa questão, [...] eu não gosto muito de debater com meus alunos, não que eu seja contra ou a favor, mas é uma questão tão delicada que muitas vezes os alunos podem até achar que a gente tá com preconceito né, pode até achar que a gente é homofóbico. Então, eu evito pelos menos nas minhas aulas de geografia, não sei com outros professores, eu ainda não senti a necessidade, ou ainda não me vi numa situação que pudesse debater sobre o assunto (P1).

Essa questão de debater é de fundamental importância, até porque temos alunos problemáticos em função dessa sexualidade, nós temos casos de relatos



por parte da orientação de alunos que estão sofrendo algum tipo de transtorno, tem alunos que se auto mutilam. Após essa militarização, eu vi isso com mais frequência, na escola. Os casos de descobertas desses alunos que tem esse problema de auto mutilação em função de descoberta de sexualidade, tem situações familiares que o envolvem. A própria orientação não passa toda a realidade desses alunos problemáticos, então assim, sobre essas questões a gente precisa debater, chamar os pais para uma interação maior dentro da unidade escolar, procurar recursos junto a instituições que possam também ajudar com psicólogos dentro da escola, o próprio assistente social para ver toda a situação de vida e realidade desses nossos alunos (P2).

Há perspectivas interessantes na fala das professoras. P1 não gosta de debater para não correr o risco de ser homofóbica, apesar de “não ser a favor nem contra”. P2 acha fundamental tendo em vista alguns “alunos problemáticos”, e reconhece que é um tema pertinente de ser desenvolvido pela escola. P1 coloca o tema na perspectiva das aulas de Geografia para afirmar que ainda não surgiu a oportunidade para abordar o tema. Há uma afirmação da P2 que pode indicar algum aumento da repressão dentro da escola: após a militarização, estudantes se mutilam com mais frequência e tendem a migrar de escolar por contas de opressões.

Análise das entrevistas

Os pensamentos das duas professoras de Geografia da escola Maria dos Prazeres Mota resultaram em declarações de grande valor para compreendermos o atual processo de militarização das escolas estaduais de Roraima. Percebemos duas perspectivas ideológicas diferentes e nos dá uma ideia sobre as futuras entrevistas com professores de Geografia das outras 14 escolas militarizadas do estado. Teceremos mais alguns comentários sobre as colocações das professoras antes das considerações finais.

Ao ser questionada se o ensino básico militar (EBM) solucionaria a problemática da violência na escola, podemos ver que o P1 indaga confirmando sobre ser uma solução para a problemática da escola. Enquanto a P2 afirma que por se considerar a solução da problemática,



acaba tornando ainda maior por conta desse remanejamento escolar, é como se estivéssemos regredindo nos ideais de uma educação democrática.

A fala da P2 sobre o aspecto normativo do ensino básico militar reforça a necessidade de mais debates e análises críticas sobre este tipo de ensino e seu avanço. A fala de P1 colabora com a visão de que escolas que apresentam elevados índices de violência devem ser militarizadas, mas precisamos compreender que as questões que acarretaram esta violência nem sempre é produzida na escola.

De qualquer forma, as falas revelam um processo que ainda está no começo, assim como nossa pesquisa. As escolas militarizadas ainda são recentes em Roraima e, apesar de nos declararmos desfavoráveis à sua implementação, é preciso compreender o que pensam os sujeitos envolvidos, sobretudo aqueles do ensino de Geografia. Tanto P1 quanto P2 revelam que suas práticas e escolhas de conteúdos e abordagens não sofrem interferência da gestão militar, apesar de P2 deixar algo nas entrelinhas.

Considerações finais

Este estudo evidenciou algumas questões envolvendo a implantação do ensino básico militarizado em Roraima, a maior parte dentro da própria dinâmica da escola e um pouco menos no campo do ensino da Geografia. Com início de uma trajetória de pesquisa, sabemos que o ensino deverá aparecer com mais ênfase, ao longo do processo de pesquisa, mas neste momento não conseguimos nos desvincular do que ocorre na unidade escolar. Acreditamos que o ensino de Geografia não se dá a despeito da comunidade escolar e do entorno onde as aulas são dadas, assim como as questões do cotidiano da escola. Segundo Brasil (2004) a escola pública tem como compromisso oportunizar condições para sua clientela construir conhecimentos, atitudes e valores, contribuindo na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos nos contextos que integram.



As escolas militarizadas, que são necessariamente instaladas em áreas periféricas da cidade de Boa Vista, são vistas por parte da sociedade como um novo tipo de escola padrão. A ideia de manter a ordem e a disciplina é vista como algo desejável nas escolas, mas é preciso avaliar o “custo” do ponto de vista do desenvolvimento pessoal e coletivo, e da desapropriação de uma comunidade que carrega em si as mais diversas culturas, costumes, características. Após mais de três décadas do fim da ditadura militar, o povo brasileiro vem reconquistando sua atuação nas decisões políticas e a escola deve investir em projetos político-pedagógicos que contribuam com a ação cidadã consciente e responsável, de acordo com os pressupostos encontrados em FREIRE (2005).

De maneira geral, percebemos que Geografia vem resistindo nas mãos de alguns professores que sabem o quão importante é o debate acerca do mundo, que nos leva a perceber o quanto a humanidade visualiza a si mesma de maneira vertical, generalizando a violência sem ao menos ter a percepção de saber que vários fatores vão influenciar para que o comportamento humano se propague desta forma. Para tanto, percebemos a necessidade da ampliação de uma educação plural, contrária ao movimento de militarização de escolas e “quartelização” do cotidiano escolar.

Tendo em vista que o governo do estado tem nas mãos as condições para conduzir diversas políticas educacionais, a opção pela militarização de escolas parece revelar o entendimento de que a violência escolar e na comunidade do entorno pode ser resolvida com passe de mágica, e com mais repressão. Acreditamos que mais professores/as de Geografia precisam se pronunciar, e revelar que tipo de Geografia produzem nestas escolas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. Entrevista sobre militarização de escolas públicas. In: **Canal BBC Brasil**. Disponível em:



**14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias**
Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140819_salasocial_eleicoes_educacao_escolaC>. Acesso em: 24 março. 2019.

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BEVENIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. Lua Nova, n.º 38, São Paulo, 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n38/a11n38.pdf>. Acesso em 29 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Caderno 1 – Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília – DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 43^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão das crianças de seis anos de idade. Brasília, DF: FNDE: Estação Gráfica, 2007, p. 13-23.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MELO, Virgínia Maria Pereira de. A entrega da gestão das escolas públicas estaduais para a Polícia Militar em Goiás: **militarizar é a opção?** Boletim ANPED, 3 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>>. Acesso em: março. 2019.